

## **PROGRAMA DO CONCURSO**

Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia

CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE MEIOS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE  
DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS DIGITAIS AO CIDADÃO NO ÂMBITO DOS MEIOS DE  
RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS.

Procedimento n.º PRR-14194-25-19

## **1. OBJETO DO CONCURSO**

**1.1** O presente Concurso Público, adotado ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), tem como objeto a adjudicação de proposta para a celebração de contrato de prestação de serviços de divulgação de serviços digitais ao cidadão no âmbito dos meios de Resolução Alternativa de Litígios (meios RAL).

**1.2** A natureza, o âmbito e os termos da execução dos serviços a desenvolver estão definidos no Caderno de Encargos.

## **2. ENTIDADE ADJUDICANTE**

A Entidade Adjudicante é a Direção-Geral da Política de Justiça (“DGPJ”), com sede na Avenida D. João II, nº 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/3, 1990-097 Lisboa, com os seguintes contactos: telefone n.º 21 792 4000 e correio eletrónico [contratacao@dgpi.mj.pt](mailto:contratacao@dgpi.mj.pt).

## **3. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar foi aprovada pelo órgão competente da Entidade Adjudicante, através de Despacho exarado, pela senhora Diretora-Geral da Política de Justiça, na Informação INT-DGPJ/2025/598, no dia 16 de maio de 2025.

## **4. PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

**4.1** O presente concurso público é constituído pelas seguintes peças do procedimento:

- a)** Programa do Concurso e respetivos anexos;
- b)** Caderno de Encargos e respetivos anexos.

**4.2** A partir da data de publicação do anúncio, as peças que integram o presente Concurso encontram-se disponíveis para *download*, de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica designada AcinGov com o endereço <https://www.acingov.pt/>, decorrendo toda a tramitação procedimental na mesma.

## **5. AGRUPAMENTOS**

**5.1** Poderão apresentar-se ao presente Concurso agrupamentos de pessoas, singulares ou coletivas, nos termos previstos no artigo 54.º do CCP, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

**5.2** Os membros de um agrupamento não podem ser simultaneamente concorrentes no presente Concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.

**5.3** Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da proposta.

**5.4** Na hipótese de a adjudicação ser feita a um agrupamento, as pessoas singulares ou coletivas que o integram associar-se-ão, necessariamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas (ACE), devendo apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os documentos de seguida indicados:

- a) No caso de consórcio externo, cópia do contrato de consórcio e declaração com indicação do líder do consórcio, bem como da percentagem de participação de cada um dos consorciados;
- b) No caso de ACE, cópia do contrato de constituição do ACE e declaração com indicação do líder do ACE, bem como da percentagem de participação de cada um dos consorciados.

## **6. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

**6.1** No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem, através da plataforma eletrónica, solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento;

**6.2** No mesmo prazo previsto no número anterior, e igualmente através da plataforma eletrónica, devem os interessados proceder à apresentação de uma lista na qual identifiquem, de forma expressa e inequívoca, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

**6.3** Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento, aqueles que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

**6.4** Nos termos do disposto no n.º 6.1, os esclarecimentos solicitados pelos interessados serão, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, prestados pelo Júri do Procedimento, regendo-se esta matéria, de resto, pelo disposto no artigo 50.º do CCP.

**6.5** A lista de erros e omissões, apresentada nos termos indicados no n.º 6.2, deve identificar, de forma expressa e inequívoca, os erros e omissões, constantes das peças do procedimento, que foram detetados, com exceção daqueles que apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato a celebrar, através de uma atuação com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

**6.6** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se-á sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do prazo indicado, não sejam por ele expressamente aceites.

**6.7** Nos casos referidos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos de suprimimento de cada um dos erros ou omissões que tenham sido aceites.

**6.8** Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, assim como prestar esclarecimentos no mesmo prazo referido no número anterior, ou até ao final do prazo de entrega das propostas.

**6.9** Sempre que os esclarecimentos, as retificações ou a aceitação de erros e omissões sejam comunicados para além do prazo estabelecido para esse efeito no n.º 6.4, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, conforme previsto no artigo 64.º, n.º 1, do CCP.

**6.10** Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.

**6.11** Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito, e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **7. PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E IDIOMA**

**7.1** As propostas serão entregues pelos concorrentes, na plataforma eletrónica, até às 23:59h do 33º (trigésimo terceiro) dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.

**7.2** Caso termine a um sábado, domingo ou feriado, o prazo transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

**7.3** A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo da receção.

**7.4** Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, conforme prescrito pelo artigo 58.º, n.º 1, do CCP, salvo no que se refere a documentos comprovativos de qualificações académicas e experiência profissional, caso em que é admissível a apresentação de documentos em língua inglesa.

**7.5** O prazo de manutenção das propostas é de 120 (cento e vinte) dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

## **8. PREÇO BASE**

**8.1** O preço base do procedimento é **€ 700.000,00** (setecentos mil euros).

**8.2** Sem prejuízo do preço contratual constante da proposta adjudicada, a Entidade Adjudicante só se obriga a pagar ao Adjudicatário a(s) prestação/prestações efetivamente solicitadas e executadas.

**8.3** Não haverá lugar ao pagamento de adiantamentos ao adjudicatário.

**8.4** O preço contratual permanecerá inalterado ao longo da execução do contrato, não sendo permitida, em circunstância alguma, a revisão do preço contratado.

**8.5** Ao valor referido no número 8.1 acresce o IVA à taxa legal em vigor.

## **9. PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

## **10. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA**

**10.1** A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a)** Documento Europeu Único de Contratação Pública (cf. Anexo I);
- b)** Declaração com indicação dos preços contratuais, elaborada de acordo com o Anexo II ao presente Programa de Concurso;
- c)** Documento(s) designado(s) como “Proposta” instruído(s) com os seguintes elementos:
  - i. Documento com a identificação de cada um dos membros da equipa proposta para a execução dos serviços;

- ii. Currículo de cada um dos elementos a afetar à prestação dos serviços, com indicação de todos os elementos curriculares relevantes para a análise (cumprimento dos requisitos mínimos previstos no caderno de encargos) e avaliação das propostas, nomeadamente com expressa identificação dos projetos em que cada um dos elementos tenha trabalhado (especificando, designadamente, o respetivo objeto, valor e período temporal), bem como das certificações de que é titular, e acompanhada de declaração, sobre compromisso de honra, de veracidade das informações prestadas no currículo assinada pelo recurso humano a alocar à execução do contrato ou por um representante do Adjudicatário;
  - iii. Ficha de recurso, que deve ser preenchida em conformidade com o Anexo III ao presente Programa do Concurso, na qual deve ser especificada toda a informação relativa à formação de cada recurso humano proposto à execução do contrato, devendo ser claramente identificadas as certificações e/ou certificados de cada um dos elementos detenha, bem como, a sua experiência profissional, devendo conter uma descrição detalhadas das funções anteriormente desempenhadas;
- d)** Compromisso de Confidencialidade, elaborado de acordo com o Anexo IV ao presente Programa de Concurso;
- e)** Outra documentação que o concorrente apresente por a considerar indispensável, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

**10.2** Os documentos devem todos ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar o concorrente, caso em que deve integrar a proposta o instrumento comprovativo da titularidade dos poderes de representação, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, e submetidos mediante aposição de assinatura eletrónica qualificada, conforme estipulado na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

**10.3** Tratando-se de um agrupamento concorrente, os documentos apresentados em conjunto devem ser assinados pelo representante do agrupamento, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

**10.4** Na declaração de preço contratual exigida na alínea b) do n.º 1 do presente artigo, o concorrente deve cumprir o disposto no artigo 60.º do CCP.

**10.5** O preço da proposta deve ser expresso em Euros, com apenas 2 (duas) casas decimais, e não incluir o imposto sobre o valor acrescentado.

**10.6** O Júri do Procedimento pode solicitar aos concorrentes quaisquer comprovativos das formações, certificações ou experiência profissional mencionados no currículo de qualquer um dos elementos a afetar à prestação dos serviços.

## **11. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

**11.1** A adjudicação da proposta é efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, mais especificamente, preço mais baixo nos termos do artigo 74.º, n.º 1, alínea b) do CCP;

**11.2** Em caso de empate, o Júri promoverá um sorteio para desempate na presença dos representantes de todos os concorrentes, sendo estes notificados, por mensagem na plataforma eletrónica, para a sessão de sorteio, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias.

**11.3** No caso previsto no número anterior, o Júri elaborará a ata respetiva, que documentará os trabalhos realizados na dita sessão e os resultados do sorteio, ficando apensa ao processo de contratação e que será divulgada a todos os concorrentes.

## **12. JÚRI DO PROCEDIMENTO**

**12.1** As propostas serão analisadas e avaliadas pelo Júri do Procedimento, designado para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do CCP.

**12.2** O Júri do Procedimento poderá apoiar-se em peritos ou consultores, para a emissão de pareceres em área especializada, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 68.º do CCP.

## **13. LISTA DE CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS**

**13.1** O Júri do Procedimento, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica.

**13.2** É facultada aos concorrentes incluídos na lista indicada no número anterior, a consulta de todas as propostas apresentadas, diretamente na própria plataforma eletrónica.

**13.3** Todos os interessados que não tenham sido incluídos na lista dos concorrentes, podem reclamar desse facto no prazo de 3 (três) dias contados desde a disponibilização da lista, devendo, para esse efeito, apresentar comprovativo de apresentação tempestiva da sua proposta.

**13.4** Na hipótese prevista no número anterior, e caso a reclamação seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri do Procedimento fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

#### **14. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES**

**14.1** O Júri do Procedimento pode pedir aos concorrentes qualquer esclarecimento, que considere necessário para efeito de análise e avaliação das propostas, sobre as propostas apresentadas.

**14.2** Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes integram as respetivas propostas, desde que não contrariem os documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos do presente Programa do Concurso e da Lei.

**14.3** O Júri deve ainda solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais, e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e igualdade de tratamento.

**14.4** O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

**14.5** Os pedidos do Júri, formulados de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do presente artigo, assim como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica devendo todos os concorrentes ser notificados desse facto.

#### **15. RELATÓRIO PRELIMINAR**

**15.1** O Júri do Procedimento procederá à elaboração de um Relatório Preliminar de análise e avaliação das propostas, devidamente fundamentado, ordenando-as por ordem decrescente de acordo com o critério de adjudicação fixado e o respetivo modelo de avaliação.



**15.2** No Relatório Preliminar previsto no número anterior, o Júri do Procedimento deverá propor, de forma fundamentada, a exclusão de propostas de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

**15.3** Do Relatório Preliminar terá de constar a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

**15.4** Uma vez elaborado o Relatório Preliminar, o mesmo deverá ser enviado, através da plataforma eletrónica a todos os concorrentes, podendo os mesmos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis desde a notificação, pronunciar-se, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, conforme previsto no artigo 147.º do CCP.

## **16. CAUSAS DE EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS**

As propostas serão excluídas nas hipóteses contempladas no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

## **17. RELATÓRIO FINAL**

**17.1** Tendo havido lugar à audiência prévia prevista no presente Programa do Concurso, o Júri do Procedimento procede à elaboração de um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer um dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

**17.2** Na situação prevista na parte final do número anterior, assim como nos casos em que resulte do Relatório Final uma alteração da ordenação das propostas contemplada no Relatório Preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

## **18. ADJUDICAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO**

**18.1** A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes na plataforma eletrónica, juntamente com o Relatório Final de análise e avaliação das propostas.

**18.2** Notificado da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis:

- a) Apresentar, na plataforma eletrónica, os documentos de habilitação indicados no presente Programa do Concurso;
- b) Prestar caução no montante exigido no presente Programa do Concurso, devendo comprovar essa prestação junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente;
- c) Se for caso disso, confirmar os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou termos e condições da proposta adjudicada.
- d) Na hipótese de o Adjudicatário ser um Agrupamento, deverão também ser entregues os documentos indicados no artigo 21.2 do presente Programa do Concurso.

## **19. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO**

**19.1** Em caso de adjudicação, o Adjudicatário garantirá, no prazo de 10 (dez) dias úteis após notificação da decisão de adjudicação, mediante a prestação de caução, o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do Contrato.

**19.2** Quanto à caução aplicam-se as regras seguintes:

- a) O seu valor será fixado em 5% (cinco por cento) do preço contratual;
- b) O valor da caução será restituído ao Adjudicatário nos termos do artigo 295.º, n.º 3, do CCP;
- c) A Entidade Adjudicante poderá recorrer à caução, independentemente de decisão judicial, nos casos em que o Adjudicatário não cumprir o Contrato;
- d) A caução pode ser efetuada por depósito em dinheiro, nos termos do modelo de caução para depósito em dinheiro que constitui o Anexo VI ao presente Programa de Concurso, sem vencimento de juros, por garantia bancária, incondicional, irrevogável e à primeira solicitação, nos termos do modelo de prestação de garantia bancária que constitui o Anexo VII ao presente Programa de Concurso, ou por seguro-caução, nos termos do modelo de seguro-caução que constitui o Anexo VIII ao presente Programa de Concurso, conforme escolha do Adjudicatário.

## **20. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO**

**20.1** No prazo de 10 (dez) dias úteis desde a notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deverá proceder à apresentação dos seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração conforme o modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, a saber:
  - i. Certidão comprovativa da regularização da situação tributária;
  - ii. Certidão comprovativa da regularização da situação contributiva da Segurança Social;
  - iii. Certificados dos registos criminais dos titulares dos órgãos de administração, direção ou gerência;
  - iv. Certificado do registo criminal do Adjudicatário.
- c) Certidão de registo comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente “online”;
- d) Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, e o Adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, para que a Entidade Adjudicante possa consultá-los, bem como a informação necessária a essa consulta, é dispensada a apresentação daqueles documentos.
- e) O documento comprovativo do consentimento referido na alínea anterior constitui um documento de habilitação a apresentar no âmbito do n.º 1 do presente artigo;
- f) Comprovativo da inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo;

**20.2** Quando o Adjudicatário for um agrupamento, os documentos de habilitação exigidos nas alíneas a), b), e d) do n.º 1 do presente artigo, devem ser apresentados por todos os seus membros, de acordo com o n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

**20.3** Em caso de deteção de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, ou não apresentação tempestiva dos mesmos pelo Adjudicatário, por facto que lhe é imputável, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o Adjudicatário relativamente à ocorrência de um daqueles factos, fixando-lhe um prazo, nunca inferior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

**20.4** Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando as irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, ou a apresentação intempestiva dos mesmos, se devam a facto não imputável ao Adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo de 5 (cinco) para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

## **21. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**21.1** Os documentos de habilitação devem ser apresentados na plataforma eletrónica e ser assinados eletronicamente pelo representante do Adjudicatário.

**21.2** Todos os documentos de habilitação têm de ser redigidos em língua portuguesa.

**21.3** Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, acompanhada de declaração do Adjudicatário nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

## **22. NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**22.1** Os concorrentes são notificados, em simultâneo, da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, sendo indicado o dia em que ocorreu essa apresentação.

**22.2** Os documentos de habilitação são disponibilizados na plataforma eletrónica, para consulta de todos os concorrentes.

## **23. CONTRATO**

**23.1** O contrato será celebrado no prazo de 10 (dez) dias úteis desde a aceitação da minuta do mesmo ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- b) Comprovada a prestação de caução;
- c) Confirmados todos os compromissos estabelecidos nos termos do presente Programa do Concurso, se for o caso;
- d) Apresentados todos os documentos previstos no artigo 21 do presente Programa do Concurso, se aplicável.

**23.2** O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático, e a assinatura será feita através da aposição de assinaturas eletrónicas, pelo que a Entidade Adjudicante comunicará, através da plataforma eletrónica, ao Adjudicatário, o prazo para outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

## **24. AJUSTE DIRETO PARA REPETIÇÃO DE SERVIÇOS SIMILARES**

**24.1** Nos termos do artigo 27.º, n.º 1, alínea a), do CCP, poderá haver lugar a ajuste direto destinado a adquirir novos serviços que consistam na repetição de serviços similares.

**24.2** Para efeitos do disposto no número anterior, o projeto base comum está vertido no Anexo IX ao presente Programa do Concurso.

## **25. ENCARGOS DOS CONCORRENTES E ADJUDICATÁRIO**

**25.1** Constituem encargos dos concorrentes todas as despesas inerentes à elaboração da proposta.

**25.2** Constituem encargos do Adjudicatário todas as despesas inerentes à celebração do Contrato.

## **26. UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA ELETRÓNICA**

**26.1** Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse efeito.

**26.2** A Entidade Adjudicante não poderá ser responsabilizada:

- a) Pelo conteúdo da informação transmitida através da plataforma eletrónica;
- b) Por qualquer perda de informação na plataforma, por causa accidental ou outra;
- c) Por quaisquer danos causados pela utilização da plataforma eletrónica, nomeadamente os relacionados com eventuais interrupções, comunicações não solicitadas, vírus ou bugs, erros, falhas técnicas ou outras limitações;
- d) Por quaisquer falhas de segurança das comunicações efetuadas na plataforma.

## **27. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

**27.1** Todas as notificações e comunicações entre a Entidade adjudicante ou o Júri do Procedimento e os interessados, concorrentes ou Adjudicatário, relativas à fase de formação do Contrato, serão realizadas através da plataforma eletrónica.

**27.2** Para efeitos da data da notificação e da comunicação, aplica-se o disposto no artigo 469.º do CCP.

## **28. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no CCP e legislação complementar.

**ANEXO I**

**Documento Europeu Único de Contratação Pública**

1. O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), submetido na plataforma eletrónica referida no Artigo 4.º, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do CCP e da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt> , devendo ser selecionadas as seguintes opções:
  - a) “Sou um operador económico”;
  - b) “Importar um DEUCP”;
  - c) “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela Entidade Adjudicante na plataforma eletrónica AcinGov;
  - d) Preencher os campos solicitados pela Entidade Adjudicante;
  - e) No final, selecionar a opção “imprimir” e imprimir o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser devidamente assinado e submetido na plataforma eletrónica.
2. No caso de proposta de agrupamentos, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada membro do agrupamento.

## ANEXO II

### Declaração de Indicação do Preço Contratual

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos do concurso público para Contratação de agência de meios para campanha de publicidade de divulgação dos canais digitais dos meios RAL, declara, sob o compromisso de honra, que a sua representada<sup>2</sup> se obriga a executar o referido contrato pelos preços contratuais seguintes:


... (local), ... (data) ... (assinatura<sup>3</sup>)

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>3</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



**ANEXO III**

**FICHA DE RECURSOS**

*Obrigatório o preenchimento das células a branco.*

*Solicitamos que não seja indicada qualquer informação pessoal- nome, idade, local de nascimento, etc.*

**Identificação do Perfil** (deverá ser enviada uma ficha por Recurso Humano a alocar)

--

**Formação académica**

Instituição	Área	Grau obtido

**Certificações/Certificados de formação ou de grau académico além da licenciatura**

Descrição	Data de início	Data de fim	Entidade Certificadora	Área

**Experiência profissional**

Entidade empregadora	Data de início	Data de fim	Descrição das funções desempenhadas


#### ANEXO IV

##### Compromisso de Confidencialidade

(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), neste ato representado por ... (nome, número de documento de identificação e morada), com poderes para o ato, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos do concurso público para Contratação de agência de meios para campanha de publicidade de divulgação dos canais digitais dos meios RAL, reconhece, para todos os efeitos, que, no quadro da execução do contrato a celebrar (o “Contrato”) terá acesso a informação confidencial.

O declarante obriga-se a não divulgar ou transmitir, por qualquer forma ou meio, e a não dar qualquer uso ou modo de aproveitamento distinto da execução do Contrato a toda e qualquer informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, que lhe seja fornecida ou de que tenha conhecimento no âmbito da execução do Contrato.

Obriga-se ainda a que todos os membros da equipa a afetar à execução do Contrato subscreverão, antes de iniciar quaisquer funções ou tarefas, um compromisso de confidencialidade, seguindo o modelo para o efeito vertido em anexo ao Caderno de Encargos.

O declarante obriga-se a cumprir as obrigações de confidencialidade mesmo após a cessação do Contrato, independentemente da respetiva causa.

O incumprimento das obrigações de confidencialidade assumidas é suscetível de fazer incorrer em responsabilidade civil e criminal.

... (local), ... (data) ... (assinatura)

## ANEXO VI

### Modelo Depósito-Caução em Dinheiro

O Banco [...], com sede em [...], matriculado na Conservatória do Registo Comercial sob o número único de registo e de pessoa coletiva [...], com o capital social de [...], doravante designado Banco, declara que a [*designação da sociedade*], [*NIF, sede do adjudicatário e capital social*], doravante Adjudicatário, efetuou neste Banco um depósito com o número [...] à ordem Direção-Geral da Política de Justiça (“DGPJ”), com sede na Avenida D. João II, nº 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/3, 1990-097 Lisboa, no montante de [...] € (*valor da caução por algarismos e por extenso*), que constitui a caução necessária a prestar pelo Adjudicatário do contrato de prestação de serviços “Contratação de agência de meios para campanha de publicidade de divulgação dos canais digitais dos meios RAL”.

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação da DGPJ, sem interferência da garantida, e observando o montante acima estabelecido sem que a DGPJ, tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o Contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do Contrato, as importâncias que a DGPJ, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela Entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve entregar as quantias solicitadas pela DGPJ, até ao montante global da caução, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação recebida.

A presente Garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, sendo reduzida nos termos do Contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

É pois de [...] Euros (*indicação por extenso*) o valor da presente Garantia.

[...], [...] de [...] de 2025

---

*Assinatura do Banco*

**ANEXO VII**

**Modelo Caução Garantia Bancária**

Em nome e a pedido de (*adjudicatário*) [...], com sede em [...], pessoa coletiva n.º [...], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [...], sob o n.º [...], com o capital social de [...], vem o Banco [...], com sede em [...], com capital social de [...], registado na Conservatória do Registo Comercial de [...], sob o n.º [...], de \_\_/\_\_/\_\_, declarar prestar a favor da Direção-Geral da Política de Justiça (“DGPJ”), com sede na Avenida D. João II, nº 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/3, 1990-097 Lisboa, uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de [...] Euros (*indicação por extenso*), correspondente à caução de 5% (cinco por cento) prevista no Programa de Concurso para Contratação de agência de meios para campanha de publicidade de divulgação dos canais digitais dos meios RAL, destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes daquele Contrato.

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação da DGPJ, sem interferência da garantida, e observando o montante acima estabelecido sem que a DGPJ, tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o Contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do Contrato, as importâncias que a DGPJ, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela Entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pela DGPJ no prazo de 5 (cinco) dias úteis, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até ao final da execução do contrato, nos termos do Contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

É pois de [...] Euros (*indicação por extenso*) o valor da presente Garantia.

[...], [...] de [...] de 2025

---

*Assinatura do Banco*

## ANEXO VIII

### Modelo Seguro-Caução

A Companhia de Seguros [...], com sede em [...], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [...], com o capital social de [...], celebrou contrato de seguro-caução autónomo, irrevogável e à primeira solicitação, com (*empresa adjudicatária*), com sede em [...], pessoa coletiva n.º [...], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [...] sob o nº [...], no valor de [...] Euros (.... euros), correspondente à caução de 5% (cinco por cento) de [...] Euros (*preço contratual*), prevista no Programa de Concurso para a formação do contrato de prestação de serviços “Contratação de agência de meios para campanha de publicidade de divulgação dos canais digitais dos meios RAL”, destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes da execução do Contrato a outorgar com a Direção-Geral da Política de Justiça (“DGPJ”), com sede na Avenida D. João II, nº 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/3, 1990-097 Lisboa.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da DGPJ, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o Contrato anteriormente identificado ou com o cumprimento das obrigações que [...] (*empresa adjudicatária*) assumiu com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à DGPJ, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

O presente seguro-caução, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogado ou denunciado, mantendo-se em vigor até à receção definitiva da Obra nos termos do Contrato e da legislação aplicável.

[...], [...] de [...] de 2025

---



## ANEXO IX

### Projeto Base Comum

O PRR delineado para a área da Justiça, que vigora até ao final de 2025, visa a melhoria da eficiência do sistema de administração da Justiça, através da modernização dos seus sistemas de informação e robustecimento das infraestruturas tecnológicas. Deste modo, os organismos do Ministério da Justiça, entre os quais a DGPJ, encontram-se vinculados ao cumprimento da componente 18: Justiça Económica e Ambiente de Negócios.

À Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) compete, no âmbito das suas atribuições, apoiar a criação e a operacionalização de meios extrajudiciais de Resolução Alternativa de Litígios (RAL), nomeadamente os Julgados de Paz, os Serviços Públicos de Mediação Familiar e Laboral e os Centros de Arbitragem — doravante designados por Meios RAL.

Neste enquadramento, a DGPJ encontra-se a desenvolver um projeto de modernização dos serviços digitais associados aos Meios de Resolução Alternativa de Litígios (MRAL), com o objetivo de implementar a plataforma RAL+, destinada à tramitação digital dos respetivos processos. Para potenciar a utilização destes meios, é necessário reforçar os canais de comunicação, de modo a aumentar o conhecimento e a adesão por parte dos cidadãos e das empresas.

Nesse sentido, pretende-se a contratação de uma empresa especializada na conceção e implementação de campanhas de comunicação de larga escala, que apoie a divulgação das principais características e benefícios dos Julgados de Paz, dos Centros de Arbitragem e dos Sistemas Públicos de Mediação Familiar e Laboral, enquanto formas acessíveis, eficazes e seguras de resolução de conflitos.